

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

Relatório do painel da OMC na disputa dos pneus contra o Brasil 1

Agricultura: membros discutem novas propostas do grupo de CAIRNS sobre produtos sensíveis e produtos tropicais 2

NOTÍCIAS REGIONAIS

Brasil e EUA concluem Acordo sobre biocombustíveis e deixam tarifas de fora 4

Concluídos os trabalhos do Grupo *Ad Hoc* sobre a adesão da Venezuela ao Mercosul 5

BREVES MULTILATERAIS

Ministros do G-33 querem que países desenvolvidos dêem o primeiro passo em direção à ruptura do impasse da Rodada Doha 6

CITES: Membros divididos por força de propostas de emendas aos Apêndices I e II 7

BREVES REGIONAIS

Viagem de Bush pela América Latina tem etanol como tema predominante 8

CAFTA-DR e arbitragem internacional na Guatemala 9

EVENTOS

INFORMAÇÕES ÚTEIS

FIQUE DE OLHO!

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

Relatório do painel da OMC na disputa dos pneus contra o Brasil

O painel de disputa da OMC circulou o relatório preliminar, ainda confidencial, referente à demanda das Comunidades Europeias (CE) sobre as barreiras de importação para pneus recauchutados impostas pelo Brasil. De acordo com a imprensa, o relatório que circulou entre as partes no último 12 de março decidiu que a legislação brasileira ao permitir importações do Mercosul, mas proibi-las do resto do mundo está inconsistente com as regras da OMC. Não obstante, oficiais brasileiros expressaram certo grau de satisfação com a decisão, descrita nas 300 páginas do relatório. De acordo com estes oficiais, as observações do relatório permitem que o Brasil mantenha suas medidas comerciais, com apenas pequenos ajustes.

A disputa sobre os pneus recauchutados

A disputa sobre pneus recauchutados, na OMC, data de 2005, quando Bruxelas questionou as medidas restritivas à importação adotadas pelo Brasil. Entre outros argumentos, o Brasil fundamenta suas barreiras à importação na proteção ao meio ambiente e à saúde, já que a vida útil desses pneus é mais curta e gera resíduos poluentes, que quando eliminados favorecem a reprodução de mosquitos transmissores de doenças tropicais. Além disso, o Brasil alegou que, apesar da decisão de um painel arbitral do Mercosul ter excluído Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela da proibição, o país não estaria preparado para lidar com a grande quantidade de pneus velhos que seria gerada por importações, inclusive das CE. Estima-se que as CE foram responsáveis por 95% das importações brasileiras de pneus recauchutados antes da proibição, o que representa aproximadamente 25% do mercado brasileiro.

Grupos ambientalistas, incluindo o Centro de Direito Internacional Ambiental (CIEL, sigla em inglês) e organizações não-governamentais da região do Mercosul, submeteram pareceres, conhecidos por *amici curiae*, ao painel da OMC apoiando a adoção das barreiras de importação para proteção do meio ambiente e da saúde. Este é o tema central do caso,

PONTES Quinzenal também está disponível [online](#) e é atualizado a cada duas semanas.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do **Pontes Quinzenal**, envie uma mensagem para pontes@ictsd.ch. No título do e-mail escreva "inscrição" e, no corpo do texto, indique seus dados (nome completo e profissão) e como conheceu o periódico.

exemplo da inter-relação entre regras para promoção do livre comércio e aquelas de proteção ao meio ambiente. Vários Membros da OMC, incluindo Argentina, Austrália, China, México, Paraguai e os Estados Unidos da América, requereram o direito de participar da controvérsia na qualidade de terceiras partes.

O painel da OMC, no seu relatório preliminar, parece ter concordado com o argumento das CE de que as políticas restritivas do Brasil violam as regras do GATT e que não respeitam as obrigações de tratamento da nação mais favorecida. De acordo com o jornal O Globo, o painel também teria rejeitado o argumento brasileiro de que faltaria capacidade para remodelar os pneus usados com segurança.

O Brasil ainda sustenta que suas ações são justificáveis com base no artigo XX do GATT, que dispõe sobre algumas circunstâncias nas quais os Membros podem abster-se de suas obrigações na OMC. Nos termos deste artigo, medidas comerciais restritivas podem ser admitidas para proteger recursos naturais finitos e a saúde pública. O parágrafo introdutório desse artigo, entretanto, especifica que tais medidas são permitidas somente quando "não são aplicadas de maneira arbitrária ou discriminatória e sem justificativa".

Em resposta à versão preliminar do relatório, a Ministra brasileira de Meio Ambiente, Marina da Silva, observou que há uma diferença substancial em termos ambientais entre receber 100.000 pneus do Uruguai e 80 milhões de pneus das CE. O Chefe da Subsecretaria Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos do Itamaraty, Ministro Roberto Azevêdo, insistiu no fato de que não há nada nesse relatório que requeira a reabertura pelo Brasil de seu mercado às importações de pneus recauchutados, tal como as CE reivindicaram. Pois, apesar da decisão preliminar do painel, em um primeiro momento, condenar a forma com que as medidas foram adotadas no Brasil, esclarece ao final que o Brasil tem direito de impor restrições à importação de pneus usados para proteção da saúde e do meio ambiente. Por esta razão, Roberto Azevêdo também sugeriu que apenas alguns "ajustes" na legislação brasileira são necessários para que o Brasil mantenha sua proibição a tal importação.

Além dos perigos ambientais e à saúde, interesses comerciais substanciais também estão em jogo. No dia 13 de março, o jornal O Globo relatou que enquanto os pneus usados podem ser importados a US\$ 0,20 centavos, uma vez remodelados o preço dos pneus recauchutados chega a US\$70. A indústria brasileira de recauchutagem criticou a decisão do painel. Um representante dessa indústria alertou que o Brasil pode acabar tendo que importar pneus recauchutados das

CE sem poder importar pneus usados para serem recauchutados no Brasil, para atender à demanda do mercado doméstico brasileiro.

Espera-se que a decisão final circule entre os Membros no final de abril e que esteja acessível ao público no mês de junho deste ano.

Adaptação do artigo publicado originalmente em *Bridges Weekly Trade News Digest*, v. 11, n. 9, 14 de março de 2007.

Agricultura: membros discutem novas propostas do grupo de CAIRNS sobre produtos sensíveis e produtos tropicais

Enquanto os negociadores na OMC esperam, em Genebra, impacientes por novidades sobre as discussões bilaterais em andamento entre grandes potências comerciais, na reunião de 9 de março, do comitê de negociação de agricultura, eles encontraram um novo foco para o debate: dois documentos informais apresentados pelo grupo de CAIRNS (dos exportadores agrícolas).

As propostas são as primeiras submissões desde a retomada das negociações informais da Rodada Doha, há pouco mais de um mês. Um dos documentos esboça um método para lidar com "produtos sensíveis" passíveis de menores cortes tarifários em contrapartida à expansão de cotas de importação; a outra proposta prevê corte de tarifas para produtos tropicais e outras culturas que possam ser utilizadas como incentivos à substituição das plantações de plantas narcóticas.

De acordo com fontes, os dois documentos são reflexo das inúmeras discussões que ocorreram durante os meses de novembro e dezembro de 2006. Embora o grupo como um todo apoiasse o documento informal sobre produtos tropicais e alternativos, o Canadá não assinou a submissão sobre produtos sensíveis. Historicamente, Ottawa procura preservar seu sistema de produção e fornecimento para os setores de frango, ovos e derivados do leite, que pedem um severo controle das importações. Em suas respostas iniciais, os Membros aceitaram abertamente tais documentos como uma contribuição útil às negociações e afirmaram que necessitam de mais tempo para apresentarem considerações adicionais.

Documento sobre produtos sensíveis: uma estrutura para as negociações?

O documento sobre produtos sensíveis pretendia estabelecer uma "arquitetura mutuamente aceitável" ou

uma estrutura comum e continha lacunas para que números exatos fossem negociados mais para frente. Esses números especificariam, por exemplo, a porcentagem de linhas tarifárias que os Membros podem designar como "sensíveis", os limites para a redução de cortes tarifários e o aumento do número de cotas de importação compensatórias.

Os exportadores argumentam que os países devem pagar pela redução de cortes tarifários, de forma a permitir que um volume correspondente maior de importações entre em seus mercados com tarifas mais baixas. Cotas tarifárias têm o papel de garantir um nível mínimo de importação. Importações que extrapolam as cotas enfrentam tarifas muito mais elevadas, o que poderia ser considerado proibitivo.

De acordo com as regras gerais descritas nos documentos, os Membros teriam apenas duas opções de desvio da fórmula geral de redução tarifária. Segundo a lógica seguida pelo grupo de CAIRNS, o menor desvio (ou o maior corte tarifário) envolveria uma cota futura menor; o maior desvio (ou o menor corte tarifário) seria compensado pela maior expansão das cotas. Cada uma das duas expansões seria equivalente a uma porcentagem do consumo doméstico, para a qual os números exatos seriam negociados. A expansão de cotas tarifárias em países em desenvolvimento (PEDs) seria calculada com base "no consumo comercial" doméstico, o que excluiria commodities da agricultura de subsistência.

O grupo de CAIRNS alegou que esta abordagem traria mais segurança a importadores e exportadores do que aquelas previstas em sistemas alternativos, como a escala de desvios e expansões.

Embora a proposta imponha um limite tarifário para produtos sensíveis, ela permite que os Membros busquem um teto mais elevado para um número limitado de linhas tarifárias sensíveis, desde que compensado por uma cota de importação proporcionalmente maior.

O documento propõe restringir a designação "sensível" a produtos já cobertos por cotas tarifárias. Uma cláusula específica impediria que os Membros criassem novas cotas, processo visto por muitos exportadores como oneroso e imprevisível. Os PEDs (atualmente nem todos aplicam cotas tarifárias) teriam permissão para postergar seus compromissos de redução tarifária para produtos sensíveis para a segunda metade do período de implementação da Rodada Doha ou teriam dois anos a mais para implementá-los.

O grupo também estipula que a expansão de cotas tarifárias deve ocorrer com base na cláusula da nação mais favorecida. Relatórios recentes sugerem que alguns Membros temem que as consultas bilaterais entre as principais nações negociadoras possam culminar em uma tentativa de atribuir cotas específicas para cada país, o que aumentaria os trabalhos jurídico e político para as negociações da Rodada.

Também se propõe que os compromissos de cotas tarifárias acordados em negociações anteriores - incluindo a Rodada Uruguai - sejam mantidos separadamente dos compromissos acordados na Rodada Doha.

Fontes indicam que membros do grupo de exportadores realizaram consultas entre si e também com países que pertencem a outros grupos. Na sessão do Comitê de Agricultura, o G-10, grupo de países com setores latifundiários altamente protegidos, confirmou que havia se reunido com o Grupo de CAIRNS no dia anterior. Embora aspectos do novo documento - como tetos tarifários para produtos sensíveis - sejam problemáticos, a Suíça falou em nome do G-10 que outras propostas assemelhavam-se a esta.

Documento sobre produtos tropicais: em direção ao consenso?

O grupo de CAIRNS propõe cortes tarifários para produtos tropicais e diversificados mais amenos do que aqueles propostos para a total eliminação das tarifas e das cotas, por um grupo de oito países latino-americanos, no ano passado. A proposta também busca formar uma lista mais curta de tais produtos, que inclui bananas, açúcar, mangas e batatas. Fontes sugeriram que uma maior precisão da lista de produtos - 6 dígitos no sistema harmonizado (SH), ao invés de 4 - facilitaria um consenso.

De acordo com a abordagem do documento informal, países desenvolvidos eliminariam todas as tarifas abaixo de 25 por cento nos produtos listados. Outras tarifas seriam reduzidas em 85 por cento e países desenvolvidos não poderiam designar produtos tropicais como sensíveis.

O mandato para liberalizar o comércio de produtos tropicais é ponto de discórdia entre alguns Membros. Muitos países latino-americanos, por exemplo, querem que as tarifas e as cotas sejam completamente removidas. Este posicionamento é ferozmente combatido por outros, especialmente os países da África, Caribe e do Pacífico (ACP), que se têm beneficiado do acesso preferencial ao mercado dos países desenvolvidos quanto a tais produtos e que, de outra forma, poderiam perder suas vantagens. Os

membros do grupo ACP preferem que os países ricos definam produtos tropicais como sensíveis; isto traria menos prejuízos a suas margens de preferência, especialmente para produtos como açúcar, banana e carne.

Negociadores esperam que as conversas sejam multilateralizadas o mais rápido possível

Negociadores em Genebra indicaram que há uma necessidade urgente de transformar as discussões bilaterais informais em negociações multilaterais. Alguns PEDs receiam que, com a ausência de consultas mais abrangentes, as atuais discussões entre um pequeno grupo de países levem a um acordo inaceitável que venha a ser imposto a eles no último momento.

Ao comparar as negociações a um teatro, um delegado afirmou que os avanços no palco de Genebra - as conversas informais entre 12 embaixadores da OMC presididas por Crawford Falconer, da Nova Zelândia e as "reuniões de transparência" para todas as delegações - são importantes, mas que as ações reais estão ocorrendo fora do palco. Outro oficial afirmou que os delegados estabelecidos em Genebra não têm nenhuma informação nova sobre aquelas discussões.

Fontes esperam que Crawford Falconer tente multilateralizar as discussões entre os Membros até meados de abril. Crawford já indicou sua intenção de divulgar documentos de referência sobre as áreas de convergência e divergência das discussões. Delegados esperam que esses documentos sejam efetivamente disponibilizados em meados de abril.

A próxima reunião ministerial do grupo de CAIRNS será realizada entre os dias 16 e 18 de abril em Lahore, Paquistão.

Tradução e adaptação do artigo publicado originalmente em *Bridges Weekly Trade News Digest*, v. 11, n. 9, 14 de março de 2007.

NOTÍCIAS REGIONAIS

Brasil e EUA concluem Acordo sobre biocombustíveis e deixam tarifas de fora

O Brasil e os Estados Unidos da América (EUA) - os dois maiores produtores de etanol do mundo - concordaram, no último dia 9 de março, em avançar em cooperação, pesquisa e desenvolvimento de biocombustíveis. Não chegaram, entretanto, a nenhum acordo referente a mudanças nas atuais tarifas sobre

os produtos brasileiros exportados para o mercado estadunidense. Durante a visita de George W. Bush a cinco países da América Latina, a Secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, e o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, assinaram um memorando de entendimento que visa a impulsionar a cooperação entre os dois países em novas tecnologias para biocombustíveis, estímulo de investimentos do setor privado e uniformização dos padrões para biocombustíveis nos níveis bilateral, regional e multilateral.

O acordo descreve os projetos de biocombustíveis como "uma força potencial transformadora na região para diversificar fontes de energia, aumentar o crescimento econômico, impulsionar as agendas sociais e melhorar o meio-ambiente." No nível bilateral, os dois países pretendem avançar em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para biocombustíveis de nova geração, produzidos a partir de farpas de madeira e grama. Atualmente, a maior parte dos biocombustíveis produzidos em ambos os países são de primeira geração, ou seja, feitos a partir de colheitas de cana-de-açúcar no Brasil e de milho nos EUA. Ademais, o acordo busca estimular a transferência de tecnologia para outros países que também queiram produzir esse tipo de combustível, dentre os quais, países da América Central e do Caribe.

Durante uma conferência de imprensa, após a assinatura do acordo com George Bush, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que "se financiarmos projetos de produção de biodiesel e etanol em países pobres e se os países ricos comprarem esse biodiesel produzido nos países pobres, isso significará que os investimentos feitos produziram resultados, ao mesmo tempo em que - o mais importante - geraram empregos".

Em nível global, os dois países comprometeram-se a expandir o desenvolvimento de um mercado global de biocombustíveis, a partir do desenvolvimento de padrões e códigos que uniformizem a definição do etanol. O objetivo é que este novo combustível possa ser negociado nos mercados globais da mesma forma que outros produtos, como, por exemplo, o petróleo. Uma semana antes da visita de Bush ao Brasil, Brasil e EUA já tinham anunciado a criação de um Fórum Internacional de Biocombustíveis para estimular o desenvolvimento de um mercado global para o biocombustível. Essa iniciativa foi tomada em conjunto com China, Índia e África do Sul, grandes consumidores e potenciais produtores desse produto.

O acordo Brasil-EUA não trata da questão polêmica das tarifas de importação aplicadas ao etanol pelos EUA. A produção do etanol brasileiro, obtido a partir da

cana-de-açúcar, é mais barata do que a do etanol de milho produzido nos EUA. Além disso, o etanol brasileiro é mais eficiente na preservação do meio ambiente, isto é, no que se refere às emissões de gás que causam o efeito estufa. Contudo, exportadores brasileiros de etanol enfrentam uma tarifa ad valorem de 2,5% aplicada em conjunto com uma tarifa específica de 54 centavos de dólar por galão ao exportarem para os EUA. Aliados a essas barreiras, encontram-se os subsídios concedidos pelo governo dos EUA aos produtores de etanol no seu país: subsídios pesados à produção de milho, mais 51 centavos de dólar por galão de etanol misturado à gasolina. O acordo assinado em São Paulo apenas indica que essas questões deverão ser discutidas no Fórum Internacional de Biocombustíveis. Estranhamente, enquanto o Presidente Lula se queixava das tarifas, George Bush afirmava em uma conferência de imprensa que elas seriam mantidas. O Presidente estadunidense explicou que a lei relativa a tarifas expirará em 2009 e que o Congresso dos EUA irá levá-las em consideração apenas a partir desta data. Tais tarifas foram introduzidas em 1980 e têm sido renovadas reiteradamente, com algumas flutuações no seu valor.

Em Washington, o Senador Charles Grassley, um republicano do estado de Iowa, expressou sua satisfação com fato de o acordo firmado entre Bush e Lula ser genérico e acredita que uma cooperação muito detalhada eventualmente poderia ter prejudicado os produtores de etanol dos EUA. "Um cínico pode dizer que este acordo busca estimular a demanda em outras partes da América Latina, para que absorvam o etanol brasileiro de modo a não ameaçar o mercado dos EUA," disse Ron Steenblik, dirigente da iniciativa global de subsídios do Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (IISD, sigla em inglês). Oficiais do Departamento de Estado dos EUA e do Ministério brasileiro das Relações Exteriores estão encarregados da execução do acordo. Bush e Lula encontram-se em Camp David em 31 de março para darem continuidade às discussões.

Tradução e adaptação do artigo publicado originalmente em *Bridges Weekly Trade News Digest*, v. 11, n. 9, 14 de março de 2007.

Concluídos os trabalhos do Grupo Ad Hoc sobre a adesão da Venezuela ao Mercosul

Entre os dias 26 de fevereiro e 3 de março deste ano ocorreu em Assunção, Paraguai, a 5ª reunião do Grupo de Trabalho Ad Hoc referente à adesão da Venezuela ao Mercosul. Esta foi a última reunião do Grupo, já que se completou o prazo de 180 dias - contados a partir da

primeira reunião - previsto para a condução dos trabalhos, conforme estabelecido no artigo 11 do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul.

O Protocolo, assinado no dia 4 de julho de 2006, oficializou o ingresso da Venezuela no bloco sul-americano menos de 3 meses depois deste país ter-se retirado da Comunidade Andina de Nações (CAN) (ver Pontes Quinzenal, v.1, n. 10, 31/maio/06). Seus artigos 3º, 4º, 5º e 7º determinaram as principais atribuições do Grupo Ad Hoc, quais sejam: (i) estabelecimento do cronograma de incorporação da normativa do Mercosul pela Venezuela; (ii) fixação de prazos para que a Venezuela adote a Nomenclatura Comum e a Tarifa Externa Comum do bloco; (iii) discussão do programa de liberalização comercial; (iv) debate sobre as condições de negociação e adesão da Venezuela aos acordos já firmados pelo Mercosul com terceiros países.

O Grupo de Trabalho Ad Hoc reuniu-se pela primeira vez em Brasília, entre os dias 5 e 6 de setembro do ano passado; a segunda reunião ocorreu em Montevideu, Uruguai, de 4 a 6 de outubro do mesmo ano; a terceira, em Assunção, Paraguai, entre os dias 29 e 31 de janeiro de 2007; e a quarta reunião ocorreu novamente em Assunção, de 12 a 16 de fevereiro deste ano. A quinta e última reunião, ocorrida entre os dias 26 de fevereiro e 3 de março em Assunção, Paraguai, resultou na adoção de compromissos por parte dos países membros do Mercosul em relação aos temas negociados no âmbito do Grupo Ad Hoc.

Neste sentido, no tocante à incorporação da normativa do Mercosul pela Venezuela, acordou-se a classificação das normas do bloco em 4 categorias, as quais serão incorporadas (se necessário) gradativamente, em um prazo máximo de 4 anos, contados a partir da data de entrada em vigor do Protocolo de Adesão: (i) normas fundacionais e respectivas normas complementares; (ii) normas que não necessitam de incorporação e/ou normas que regulamentam aspectos de procedimento para o funcionamento do Mercosul; (iii) normas econômicas e não-econômicas que necessitam de incorporação, subdivididas em 37 grupos diferentes (que cobrem temas como defesa comercial, salvaguardas, investimentos e serviços, e também migração, saúde, direitos humanos e assuntos consulares); e (iv) normas já aprovadas que tratam de temas prioritários para o bloco, mas que ainda se encontram em processo de incorporação por parte dos Estados Partes originais do Mercosul.

Quanto à adoção da Tarifa Externa Comum (TEC), estabeleceu-se um cronograma com o qual a Venezuela compromete-se a adotar 3% das linhas

tarifárias em até 60 dias; pelo menos 20% de tais linhas a partir do segundo ano; e, a partir do quarto ano, o restante das linhas tarifárias. Na última reunião do Grupo a delegação venezuelana manifestou a preocupação de que a adoção da TEC possa, em alguns casos, afetar o programa de desgravação tarifária acordado.

Já em relação à Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), as delegações dos Estados Partes optaram por trabalhar com base nas nomenclaturas resultantes da implementação da IV Emenda do Sistema Harmonizado. Disto resultou uma correlação de 11.582 itens entre a NCM e a Nomenclatura da Venezuela (dos quais 3.128 eram códigos fechados, tanto na NCM quanto na nomenclatura venezuelana e possuíam descrições coincidentes). Os setores químico, metalmeccânico e eletroeletrônico foram os que exigiram maior esforço de correlação de nomenclaturas por parte das delegações, já que correspondiam a 43% dos mais de 3 mil códigos com aberturas tanto na NCM quanto na nomenclatura venezuelana e que não possuíam descrições coincidentes.

No que se refere ao programa de liberalização comercial, foram estabelecidos cronogramas apenas para a desgravação tarifária entre Venezuela, Uruguai e Paraguai. Quanto à Argentina e ao Brasil, estão previstas negociações para os próximos 6 meses. Tais cronogramas representam uma adaptação dos prazos de desgravação previstos no Acordo de Complementação Econômica nº 59 (assinado pelos membros do Mercosul e da CAN, exceto o Peru) àqueles previstos no art.5º do Protocolo de Adesão.

Com efeito, o Protocolo de Adesão adiantou em 3 anos (de 2013 para 2010), o prazo para obtenção de desgravação tarifária de 100% dos produtos exportados pela Venezuela para Argentina e Brasil; e, em 2 anos (de 2015 para 2013), para os produtos exportados para Paraguai e Uruguai. No caso de produtos importados pela Venezuela oriundos da Argentina, Brasil e Uruguai, o prazo final para o estabelecimento do livre comércio também foi adiantado em 3 anos (de 2015 para 2012). Para o Paraguai, o adiantamento foi de um ano (de 2013 para 2012). Em relação aos produtos sensíveis, houve um adiantamento geral de 4 anos (de 2018 para 2014) no prazo do término do processo de liberalização.

Por fim, no que tange às condições de adesão da Venezuela aos acordos já firmados pelo Mercosul com terceiros, acordou-se que o governo venezuelano analisará cada um dos acordos firmados e negociará sua adesão aos mesmos diretamente com os terceiros.

Os resultados do Grupo de Trabalho Ad Hoc serão agora encaminhados ao Conselho de Mercado Comum (CMC) do Mercosul, cuja próxima reunião deverá ocorrer no dia 19 de abril em Assunção. O CMC deverá, então, avaliar os progressos alcançados e determinar as esferas nas quais haverá prosseguimento das tarefas ainda pendentes, além de determinar os instrumentos jurídicos por meio dos quais os acordos alcançados no âmbito do Grupo serão formalizados.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes Consultadas:

Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio y Culto de la República de Argentina. Información para la Prensa N° 069/07. Avances Del Mercosur em la incorporación de Venezuela. 7 de março de 2007. Disponível em:

<<http://www.mrecic.gov.ar/portal/prensa/comunicado.php?buscar=2639&fecha=07/03/2007&numero=069/07&titulo=AVANCES%20DEL%20MERCOSUR%20EN%20LA%20INCORPORACIÓN%20DE%20VENEZUELA>>. Acesso em: 20 de março de 2007.

Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul. 4 de julho de 2006. Disponível em: <<http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/pt/index.htm>>.

Memória da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Reuniões do Grupo de Trabalho Criado pelo Artigo 11 do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul.

BREVES MULTILATERAIS

Ministros do G-33 querem que países desenvolvidos dêem o primeiro passo em direção à ruptura do impasse da Rodada Doha

Durante uma conferência em Jacarta, Indonésia, nos dias 20 e 21 de março, membros do grupo G-33 de países em desenvolvimento (PEDs) convidaram as nações industrializadas a liderarem o processo de saída do impasse das negociações comerciais da Rodada Doha, com a oferta de cortes maiores a seus subsídios agrícolas.

"Não são os PEDs que devem mover-se mais rápido que os países desenvolvidos," afirmou a Ministro de Comércio da Indonésia, Mari Pangestu, durante uma conferência de imprensa.

Os 42 países membros do G-33 têm sido os mais favoráveis à proposta de que os PEDs designem até 20% de seus produtos agrícolas como "especiais" (ver artigo sobre produtos especiais desta edição). Muitos dos países do grupo possuem inúmeros agricultores de subsistência, que estão determinados a protegerem-se da competição oriunda da importação. O grupo também apóia a criação de "um mecanismo especial de proteção", para proteger os agricultores de aumentos significativos nas importações.

Diversos PEDs e países desenvolvidos exportadores de produtos agrícolas procuraram limitar o escopo de ambos os tipos de flexibilidades, ao temer o comprometimento do acesso a novos mercados. Os Estados Unidos da América (EUA) foram bastante firmes em sua oposição, ao descreverem essas flexibilidades como uma caixa preta de ambigüidades - talvez, em parte para culpar sua inabilidade de oferecer maiores cortes nos subsídios tão desejados por outros membros.

O Ministro das Relações Exteriores brasileiro, Celso Amorim, ressaltou que as demandas do G-33 são o resultado da necessidade de amenizar os efeitos dos subsídios agrícolas, das tarifas "excessivas" e das barreiras não tarifárias dos países ricos. O "G-20 concorda inteiramente com os objetivos de segurança alimentar, garantia dos meios de subsistência e do desenvolvimento rural", afirmou Celso Amorim. Alguns membros do G-20, grupo liderado pelo Brasil, não apoiaram as demandas do G-33.

Os países do G-33 enfatizaram que recuar em suas demandas significaria abrir suas fronteiras para produtos baratos e altamente subsidiados dos países desenvolvidos, como os EUA. Eles argumentaram também que a liberalização dos mercados agrícolas dos PEDs nunca foi objetivo da Rodada Doha. "Esta é uma rodada para o desenvolvimento e está focada no acesso a mercado dos países desenvolvidos pelos PEDs, e não o contrário," afirmou em Jacarta o Ministro de Comércio indiano, Kamal Nath. "Não podemos negociar os meios de subsistência de nossos agricultores," enfatizou.

Não obstante, a Ministra da Indonésia, Mari Pangestu, ressaltou que o G-33 está disposto a ser flexível se os países desenvolvidos também o forem. "Nós estamos nos mexendo. Estamos fazendo nosso dever de casa e

estamos prontos para negociar assim que houver movimentação em outras áreas," afirmou Mari Pangestu.

O Comissário para o Comércio europeu, Peter Mandelson, também participou da conferência. Antes de viajar para Indonésia, afirmou que iria informar os ministros sobre as várias conversas bilaterais que têm ocorrido entre EUA, Comunidades Europeias (CE), Brasil e Índia. Peter Mandelson também planejou discutir as etapas necessárias para que os países possam ajudar no processo de uma conclusão bem sucedida. "Eu irei rever com eles o progresso feito pelo G-4 desde o começo do ano e compartilhar minha avaliação de que nós fizemos progressos; enfrentamos neste momento sérias limitações temporais, pois a data de expiração da autoridade de promoção comercial (TPA, sigla em inglês) para os negociadores estadunidenses é o fim de junho," afirmou o porta-voz do Comissário europeu.

Por outro lado, Kamal Nath tem uma visão diferente dos empecilhos impostos pela expiração da TPA dos EUA: "a questão é se os países desenvolvidos estão dispostos a caminhar em direção a um prazo artificial, o que decorre de suas próprias políticas e situação doméstica". Não obstante, argumentou que os ministros presentes na conferência concordaram em tentar encontrar uma solução para o impasse.

Diplomatas em Genebra afirmam que diversos países estão frustrados com estas "discussões silenciosas" entre as principais potências negociadoras, com a falta de progresso e com um sentimento de marginalização. O Diretor Geral da OMC, Pascal Lamy, pediu, na semana passada, mais ênfase para o processo de negociações multilaterais.

Tradução e adaptação do artigo publicado originalmente em *Bridges Weekly Trade News Digest*, v. 11, n. 10, 21 de março de 2007.

CITES: Membros divididos por força de propostas de emendas aos Apêndices I e II

As partes da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas da Fauna e Flora Silvestres (CITES, sigla em inglês) seguem divididas quanto a permitir o comércio limitado das espécies ameaçadas ou optar por uma proteção estrita. Tal divergência refletiu-se na Avaliação Provisória da lista de Propostas de Emenda dos Apêndices I e II, realizada pelo Secretariado da Convenção, no último 5 de março.

A principal controvérsia gira em torno do comércio de marfim africano. Enquanto Botsuana e Namíbia pretendem demonstrar que as populações de elefante africano não podem ser consideradas atualmente nem pequenas nem limitadas - razão pela qual esta espécie deveria ser mantida no Apêndice II -, Quênia e Mali propõem que não se autorize o comércio de marfim bruto ou trabalhado em um período mínimo de 20 anos, com exceção de casos específicos e limitados. A este respeito, a avaliação preliminar do Secretariado considera que o tema deve ser discutido com outros Estados da área de distribuição do elefante africano em uma reunião prévia à 14ª Conferência das Partes, que se realizará entre os dias 3 e 15 de junho próximos.

Quanto às espécies marinhas, as propostas também pretendem expandir o âmbito de proteção da CITES, já que, segundo dados da Organização da ONU para Agricultura e Alimentação (FAO, sigla em inglês), 47% das espécies marinhas já foram totalmente exploradas, 18% são sobrexploradas e 10% estão consideravelmente esgotadas ou em processo de recuperação.

Em relação aos recursos florestais, a Alemanha, na qualidade de representante da Comunidade Européia, propôs a inclusão no Apêndice II de três espécies de madeira nativas do Brasil e do México, bem como o cedro, nativo da América Central e do México.

A CITES foi adotada em 1973 com o objetivo de garantir que o comércio internacional de espécimes de animais e plantas silvestres não constitua uma ameaça à sua sobrevivência. A Convenção oferece três opções regulatórias para as espécies. O Apêndice I elenca as espécies que não podem ser comercializadas internacionalmente, salvo em circunstâncias especiais. Atualmente, este Apêndice contém 530 espécies de animais e mais de 300 espécies de plantas. O Apêndice II, por sua vez, lista espécies que podem ser comercializadas no âmbito internacional, desde que tal comércio seja estritamente controlado por um regime de permissão da própria CITES. Encontram-se nesta lista 4.460 espécies de animais e 28.000 espécies de plantas. Por último, o Apêndice III traz as espécies que gozam de proteção dentro de países que, por sua vez, podem solicitar apoio de outros países para regular o comércio internacional destas espécies.

Tradução do artigo publicado originalmente em *Puentes Quincenal*, v. IV, n. 5, 20 de março de 2007.

BREVES REGIONAIS

Viagem de Bush pela América Latina tem etanol como tema predominante

A viagem do Presidente dos Estados Unidos da América (EUA), George W. Bush, de 8 a 14 de março deste ano por cinco países da América Latina foi caracterizada por analistas latino-americanos e estadunidenses como tardia e de pouco impacto para a região.

Bush escolheu Brasil, Uruguai, Colômbia, Guatemala e México (em ordem de visita) por considerar que os governos destes países são aqueles com os quais os EUA mantêm mais afinidade política e comercial e que podem oferecer-lhe apoio para fazer frente à crescente influência da Venezuela na América Latina, que está cada vez mais voltada para si mesma na busca de seu modelo de desenvolvimento.

Para muitos, a visita de Bush não trouxe nada de novo. Mesmo tendo o mandatário estadunidense firmado um tímido memorando de entendimento que contempla a produção de bioetanol entre Brasil e EUA (ver nota relacionada neste número), não se logrou avançar no tema principal, o da tarifa de US\$0,54 por barril que a administração Bush impõe ao etanol brasileiro. Muito pelo contrário, a presença de Bush provocou acaloradas críticas, dentre as quais as do Ministro venezuelano de Energia Rafael Ramírez, que considera absurdo "utilizar 50 milhões de hectares de terra, água e fertilizantes não para produzir comida, mas sim combustíveis".

No Uruguai, vislumbrou-se o interesse do Presidente Tabaré Vázquez para que o país seja incluído no plano de produção de etanol. Em relação à frágil presença do Uruguai no Mercosul, durante a visita de Bush, o Ministro de Economia e Finanças, Danilo Astori, advertiu que existe a possibilidade de o país abandonar o bloco regional caso não possa negociar bilateralmente com outros países (neste caso, os EUA).

Na Colômbia, Bush permaneceu poucas horas e limitou-se a fazer declarações sobre seu apoio para que o Acordo de Promoção Comercial com a Colômbia seja aprovado nos EUA. O governo colombiano informou à administração estadunidense da disponibilidade de terras cultiváveis na Colômbia, que podem ser destinadas à produção de etanol. A Colômbia é o terceiro produtor de etanol do continente, depois do Brasil e dos EUA.

Na Guatemala, o tema central foi relativo a políticas migratórias e congratulações mútuas pela recente entrada em vigor do CAFTA-DR.

No México, foram abordados os temas do narcotráfico, da migração e construção do muro fronteiriço de 1.120 Km na fronteira entre EUA e México, da relação com Cuba e do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, sigla em inglês). Ao ser consultado pela imprensa acerca de uma eventual renegociação deste tratado, dadas as nefastas conseqüências para diversos setores mexicanos, Bush identificou a informação como um erro e foi enfático em afirmar que a renegociação não é uma possibilidade. Segundo ele, o tratado comercial tem sido incrivelmente importante para ambos os lados da fronteira. De acordo com o Presidente mexicano, Felipe Calderón, uma comissão foi constituída para suavizar a transição que levará à completa liberalização de produtos sensíveis para o México, como o milho e o feijão, mas não especificou em que poderiam consistir as medidas a serem tomadas.

A ausência da Argentina no itinerário de Bush chamou a atenção de alguns analistas e da mídia, sobretudo pelo fato de o Presidente argentino, Néstor Kirchner, ter recebido seu colega venezuelano Hugo Chávez, que organizou e encabeçou um protesto multitudinário em Buenos Aires enquanto Bush estava no Uruguai. Surgiram algumas conjecturas em torno da dinâmica - tanto interna quanto externa - do MERCOSUL, em especial em relação à existência de um eixo Washington-Brasília-Montevidéu em claro antagonismo com outro eixo, o de Caracas-Buenos Aires.

Tradução e adaptação do artigo publicado originalmente em *Puentes*, v. IV, n. 5, 20 de março de 2007.

CAFTA-DR e arbitragem internacional na Guatemala

No último dia 13 de março, a companhia estadunidense Railroad Development Corporation (RDC) - empresa que trabalha na estruturação da malha ferroviária de países em desenvolvimento, como Guatemala, Malawi e Moçambique - apresentou ao governo da Guatemala uma notificação formal na qual manifesta a intenção de questionar este Estado em arbitragem internacional, nos termos do Capítulo 10 (investimentos) do Acordo de Livre Comércio da América Central e República Dominicana, com os Estados Unidos da América (EUA) (CAFTA-DR, sigla em inglês). Trata-se da primeira controvérsia relativa a investimentos que surge no âmbito do CAFTA-DR e da primeira vez em que o mecanismo de solução de disputas relativas a investimentos será utilizado.

Com efeito, o artigo 10.16.1 do CAFTA-DR autoriza qualquer parte envolvida em uma controvérsia a submetê-la à arbitragem, caso considere improvável uma solução amigável. Neste caso, o artigo 10.17.2 determina que a parte que solicitou a instauração do tribunal arbitral entregue à outra, por escrito e no máximo 90 dias antes da instauração deste, uma notificação de que pretende submeter o litígio à arbitragem. Tal notificação deve conter, dentre outras informações, os fundamentos legais e fáticos da disputa, as obrigações violadas e a tutela que se pretende obter.

Nesta situação em concreto, a RDC alega que determinadas medidas tomadas recentemente pelo governo guatemalteco caracterizam atos de expropriação indireta dos bens da empresa. Considera, ainda, que tais medidas foram tomadas a fim de beneficiar empresas privadas da Guatemala, interessadas em determinados ativos concedidos à RDC a título de usufruto, por 50 anos, após um processo de licitação ocorrido em 1997. Em agosto de 2006 - logo após a entrada em vigor do CAFTA-DR para a Guatemala, fato que ocorreu em 1º de julho de 2006 (ver Pontes Bimestral, v. II, n. 3, maio-julho. 2006) - o governo guatemalteco, por meio de um decreto presidencial, considerou a privatização da malha ferroviária do país contrária aos interesses do Estado. Desde então, a Ferrovias Guatemala - filial da RDC na Guatemala e em nome da qual a notificação foi apresentada - tem encontrado dificuldades na obtenção de crédito e no desenvolvimento regular de suas atividades naquele país.

O artigo 10.7 do CAFTA-DR, proíbe, como regra geral, a expropriação, seja ela direta ou indireta. Por sua vez, o Anexo 10-C do referido acordo define expropriação indireta como "um ato ou uma série de atos executados por um dos Estados signatários do CAFTA-DR que possui um efeito equivalente à expropriação direta sem transferência formal de título ou apreensão direta." Além disso, tal anexo determina que a análise do que constitui uma expropriação indireta será feita com base nos casos concretos e levará em consideração, dentre outros fatores, o impacto econômico das medidas estatais consideradas expropriatórias e a extensão da influência destas em fundadas expectativas de investimento.

Já tendo sido feita a notificação, o tribunal arbitral deverá ser instaurado nos próximos meses. O próximo passo será a indicação dos árbitros e a determinação dos procedimentos a serem obedecidos.

Maiores informações sobre o CAFTA-DR podem ser obtidas nos seguintes endereços eletrônicos:

<<http://www.export.gov/fta/CAFTA/index.asp?dName=CAFTA>>;
 <http://www.buyusa.gov/caribbean/en/cafta_dr_page.html>;
 <<http://lnweb18.worldbank.org/LAC/LAC.nsf/ECADocbyUnid/9E56B2DC8514948085256DB20073248F?Opendocument>>;
 <http://www.ustr.gov/Trade_Agreements/Bilateral/CAFTA/Section_Index.html>.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Bilaterals.org. "RDC files notice of intent to submit claims for arbitration under CAFTA against the Republic of Guatemala". 13 mar. 2007. Disponível em: <http://www.bilaterals.org/article.php3?id_article=7445>. Acesso em: 21 de março de 2007.

International Economic Law and Policy Blog. "The first CAFTA Investment Claim". Disponível em: <http://worldtradelaw.typepad.com/ielpblog/2007/03/the_first_cafta.html>. Acesso em: 21 de março de 2007.

Railway Development Corporation. News. "RDC files notice of intent to submit claims for arbitration under CAFTA against the Republic of Guatemala." 13 mar. 2007. Disponível em: <http://www.rrdc.com/news_rdc_CAFTA_arbitration_03_13_2007.pdf>. Acesso em: 21 de março de 2007.

Dominican Republic-Central América-United States Free Trade Agreement. Chapter X - investments. Disponível em: <http://www.ustr.gov/assets/Trade_Agreements/Bilateral/CAFTA/CAFTA-DR_Final_Texts/asset_upload_file328_4718.pdf>. Acesso em: 21 de março de 2007.

EVENTOS

Fóruns Multilaterais

OMC

Local: Genebra, Suíça.
 Informações:
 <http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf>.

28 de Março de 2007
 Reunião do Comitê sobre Agricultura.

Reunião do Comitê sobre Orçamento, Finanças e Administração.

29 de Março de 2007
 Reunião do Comitê de Participantes na Expansão do Comércio em Produtos de Tecnologia da Informação.

02 de Abril de 2007
 Reunião do Comitê sobre Licenças de Importação.

OMPI

26 a 29 de Março de 2007
 Sessão da Academia da OMPI sobre Propriedade Intelectual para Tomadores de Decisão (WIPO Academy Session on Intellectual Property for Decision Makers)
 Local: Genebra, Suíça.
 Informações:
 <http://www.wipo.int/meetings/en/details.jsp?meeting_id=12724>.

11 de Abril de 2007
 Seminário sobre o Sistema de Haia de Registro Internacional de Desenhos Industriais.
 Local: Genebra, Suíça.
 Informações:
 <http://www.wipo.int/meetings/en/details.jsp?meeting_id=12562>

UNCTAD

19 a 23 de Março de 2007
 Reunião da Comissão sobre Comércio em Bens, Serviços e Commodities.
 Local: Genebra, Suíça.
 Informações:
 <<http://www.unctad.org/Templates/Meeting.asp?intlItemID=1942&lang=1&m=12761&year=2007&month=3>>.

26 de Março de 2007
 Curso de curta duração sobre aspectos chave da agenda econômica internacional: construção de capacidades produtivas em países de menor desenvolvimento relativo como meio de redução de pobreza.
 Local: Genebra, Suíça.
 Informações:
 <<http://www.unctad.org/Templates/Meeting.asp?intlItemID=2068&lang=1&m=13335&year=2007&month=3>>.

Convenção sobre Diversidade Biológica

26 a 28 de Março de 2007
 Encontro de prefeitos sobre a contribuição das cidades para o alcance da Meta de Biodiversidade para 2010.

Local: Curitiba, Brasil.
Informações:
<<http://www.biodiv.org/doc/meeting.aspx?mtg=MAYORS-01>>.

Fóruns Regionais

APEC

26 a 30 de Março de 2007
33º Encontro do Grupo de Trabalho sobre Energia
Local: Auckland, Nova Zelândia.
Informações:
<http://www.apec.org/apec/apec_groups/working_groups/energy.html>.

CEPAL

Local: Santiago, Chile.
Informações:
<<http://www.eclac.cl/noticias/calendarioactividades/>>.

27 de Março de 2007
Seminário sobre o Informe de Investimentos Mundial 2007 - Empresas Transnacionais e Indústrias Extrativas.

02 de Abril de 2007
Seminário sobre garantias explícitas na implementação dos direitos econômicos, sociais e culturais na América Latina e Caribe

Comunidade Andina

Informações:
<<http://www.comunidadandina.org/servicios/calendario/reuniones.htm>>.

27 de Março de 2007
14ª Videoconferência de especialistas governamentais sobre valoração aduaneira.

30 de Março de 2007
3º Seminário do Grupo Técnico Permanente para o acompanhamento das Metas de Convergência Macroeconômicas da Comunidade Andina correspondentes a 2006.
Local: Bogotá, Colômbia.

Mercosul

Informações:
<<http://www.mre.gov.py/dependencias/spptp/reuniones.asp?offset=20>>.

26 a 27 de Março de 2007
Reunião informal sobre a adesão da Bolívia ao Mercosul.
Reunião do Grupo Ad Hoc de especialistas do Fundo de Convergência Estrutural e Fortalecimento das Instituições do Mercosul.
Local: Assunção, Paraguai.

26 a 30 de Março de 2007
Reunião do Comitê Técnico nº 1 sobre Tarifas, Nomenclaturas e Classificação de Mercadorias.
Reunião do Comitê Técnico nº 2 sobre Assuntos Aduaneiros (a confirmar).
Reunião do Sub-Grupo de Trabalho nº 3 sobre Regulamentos Técnicos e Avaliações de Conformidade.
Local: Assunção, Paraguai.

27 de Março de 2007
Reunião do Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre Assimetrias.
Local: Assunção, Paraguai.

27 a 29 de Março de 2007
67ª Reunião do Grupo de Mercado Comum.
Local: Assunção, Paraguai.

29 a 30 de Março de 2007
Reunião do Comitê Técnico nº 7 sobre Defesa do Consumidor (a confirmar).
7ª Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos do Mercosul.
Local: Assunção, Paraguai.

30 de Março de 2007
Reunião da Comissão sobre Saúde e Desenvolvimento.
Local: Assunção, Paraguai.

09 a 11 de Abril de 2007
91ª Reunião da Comissão de Comércio.
Local: Montevideú, Uruguai.

09 a 13 de Abril de 2007
Reunião do Grupo Ad Hoc sobre o Código Aduaneiro do Mercosul (a confirmar).
Local: Assunção, Paraguai.

10 a 12 de Abril de 2007
Reunião do Grupo Ad Hoc sobre Biotecnologia Agropecuária.
Local: Assunção, Paraguai.

Outros

26 a 28 de Março de 2007

Reunião do Grupo de Trabalho Conjunto sobre Sinergias

Organizado pelos secretariados da Convenção da Basileia sobre o Controle do Movimento Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e sua Disposição; da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes; e da Convenção de Roterdã sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos. Local: Helsinki, Finlândia.

Informações:

<http://ahjwg.chem.unep.ch/index.php?option=com_content&task=section&id=6&Itemid=33>.

28 a 30 de Março de 2007

Conferência de Oslo sobre boa governança e responsabilidade social e ambiental.

Local: Oslo, Noruega.

Informações: <<http://www.csr-oslo.org/>>.

02 de Abril de 2007

Encontro de preparação global para a reunião ministerial anual do ECOSOC

Local: Nova Iorque, EUA.

Informações:

<<http://www.un.org/docs/ecosoc/meetings/2007/>>.

INFORMAÇÕES ÚTEIS

Apresentação de Trabalhos

Está aberto a todos os interessados o I Concurso de Artigos do Centro de Direito Internacional - CEDIN, que será realizado no período de 15 de Março de 2007 a 01 de Junho de 2007. O concurso destina-se a estudantes de graduação e pesquisadores das áreas de Direito Internacional e de Relações Internacionais. Confira o Edital em:

<http://www.cedin.com.br/100atividade_pgs/atividade007.htm>.

A Revista Européia de Pesquisa em Desenvolvimento solicita, a quem se interessar, o envio de trabalhos sobre o tema O impacto do crescimento de China e Índia nos países em desenvolvimento. Os trabalhos devem ser enviados até 1º de abril de 2007 e concorrerão a um prêmio de 500 libras, a ser atribuído ao melhor trabalho. Maiores informações podem ser obtidas em:

<http://www.eadi.org/detail_page.phtml?page=pub_ejdr_prize2007>.

Divulgação de Relatórios e Artigos

A OMC divulgou o Relatório de Revisão da Política Comercial do Canadá. Os próximos a serem analisados serão a Costa Rica, Macau e Índia. Documentos e maiores informações disponíveis em <http://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/tp280_e.htm>.

A Divisão para o Desenvolvimento Sustentável do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU divulgou o esboço do documento de negociação do presidente da 15ª Sessão da Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU. O documento identifica opções políticas e possíveis medidas para auxiliar no desenvolvimento de energias para, entre outras coisas, o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento industrial. O documento pode ser acessado em:

<http://www.un.org/esa/sustdev/csd/csd15/documents/csd_15IPM_chair_draft.pdf>.

A divisão de Assuntos Oceânicos e Direito do Mar da ONU publicou o relatório do Secretário-Geral da organização sobre oceanos e direito do mar. O relatório servirá de base para discussão durante o 8º Encontro do Processo Consultivo Informal sobre Oceanos e Direito do Mar, que está agendado para junho deste ano, em Nova Iorque, e que irá tratar de recursos genéticos marinhos.

O relatório encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico:

<http://www.un.org/Depts/los/general_assembly/documents/text_advance_unedited_62nd_session.pdf>.

A Organização da ONU para a Agricultura e Alimentação (FAO, sigla em inglês) publicou um artigo escrito por Melvin Spreij, em que o autor analisa os acordos mais importantes da OMC para o setor de biossegurança, em particular o Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (conhecido por sua sigla em inglês como SPS). O artigo, além disso, aborda a decisão do painel do caso Biotech e identifica algumas áreas de potencial conflito entre o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança e o Acordo SPS. O texto encontra-se disponível em <<http://www.fao.org/legal/prs-ol/lpo65.pdf>>.

Oportunidades de Estudo

O Instituto para o Estudo das Américas, da Universidade de Londres, oferece diversos cursos de pós-graduação na América Latina, nos EUA, no Canadá e no Caribe. Mais detalhes sobre as candidaturas estarão disponíveis a partir de fevereiro de 2007. Ainda assim, maiores informações sobre os cursos podem ser obtidas em <http://www.americas.sas.ac.uk/postgraduate_study/#lap>.

FIQUE DE OLHO!

Solução de Controvérsias na OMC

Os EUA ingressaram com pedido de consulta na OMC alegando aplicação de impostos e tarifas de importação adicionais nas mercadorias vendidas por seu país à Índia (DS 360 - Índia - Additional and Extra-Additional Duties on Imports from the United States). O pedido de consultas encontra-se disponível em <http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds360_e.htm>.

Banco Mundial aprova nova estratégia anti-corrupção

A diretoria do Banco Mundial aprovou unanimemente, em 20 de março, a nova Estratégia de Anti-Corrupção e de Governança para o grupo. Originalmente apresentada no Comitê de Desenvolvimento do Encontro Anual 2006 do Banco Mundial, em Singapura, a Estratégia foi revisada para levar em conta os resultados de consultas feitas ao Banco entre Novembro de 2006 e Janeiro deste ano pela sociedade civil, empresários, agências e parlamentos de 47 países. A versão final do relatório encontra-se disponível em <<http://www.worldbank.org/html/extdr/comments/governancefeedback/>>.

Compêndio de Iniciativas em Desenvolvimento Sustentável

O Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (IISD, sigla em inglês) divulgou a segunda versão do Compêndio Indicativo de Iniciativas em Desenvolvimento Sustentável. Maiores informações sobre o Compêndio podem ser obtidas em <<http://www.iisd.org/measure/compendium/>>.

Conferência Mundial do Comércio

Nos dias 12 e 13 de março, em Buenos Aires, Argentina, sediou a 6ª Conferência Mundial da Rede de

Organizações de Promoção do Comércio Exterior, foro que reúne os organismos de promoção comercial de todo o mundo, sob a supervisão do CCI (Centro de Comércio Internacional), UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento) e OMC (Organização Mundial do Comércio). A Rede, que se reúne a cada dois anos desde 1996, tem como objetivo o intercâmbio de informações para a promoção do comércio, através da divulgação de cartas e boletins, bem como a formação de grupos de debate e a realização de conferências virtuais. Durante a reunião, discutiu-se as tendências atuais do comércio global, a competitividade das organizações de promoção do comércio e as principais questões que afetam as prestações de serviços. Também foram realizados workshops sobre os temas de tecnologia, investimentos, inteligência comercial e alianças estratégicas.

Maiores informações sobre a Conferência estão disponíveis em: <<http://www.exportar.org.ar/>>.

Fundo Multilateral de Investimentos II entra em vigor

Entrou em vigor no dia 13 de março, com o depósito de US\$ 150 milhões feito pelos Estados Unidos da América, o Fundo Multilateral de Investimentos II - conhecido por Fumin II - que substitui sua primeira versão, de mesmo nome. Considerada a maior fonte de recursos não-reembolsáveis do BID, desde 1993 o Fumin vem sendo utilizado como ferramenta para promover o desenvolvimento em projetos de parcerias com grupos comerciais, organizações não-governamentais ou órgãos públicos. Os projetos tratam de temas como: remessas, microfinanças, crescimento de pequenas empresas, capacitação de mão-de-obra, melhoria do ambiente de negócios e assistência a iniciativas de energia limpa e turismo sustentável, entre outros. Com a adesão de França, Haiti, Suécia, Suíça e Reino Unido, o Fundo totaliza agora 38 países. Com o depósito estadunidense, as contribuições ao Fumin II alcançaram US\$ 390 milhões. Segundo o acordo firmado entre os contribuintes do Fundo, em abril de 2005, as contribuições devem chegar a US\$ 500 milhões.

Maiores informações podem ser obtidas em : <<http://www.iadb.org/NEWS/articledetail.cfm?artid=3658&language=Po>>.

BID revê investimentos em meio-ambiente

Na 48ª reunião da Assembléia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento, ocorrida na Guatemala de 16 a 20 de março, foi revisto o programa de empréstimos para meio ambiente e implementada nova política para esta matéria. Maiores informações

encontram-se disponíveis em
<<http://www.iadb.org/am/2007/index.cfm?language=en>
>.

Acordo entre Argentina, Bolívia e Paraguai sobre a região do Chaco

No dia 15 de março, Argentina, Bolívia e Paraguai firmaram um acordo no âmbito da 5ª Sessão do Comitê de Exame de Aplicação da Convenção das Nações Unidas contra a Desertificação, o Acordo Marco de Cooperação sobre o Grande Chaco. Resultado de numerosos encontros, reuniões e negociações entre os três países, trata-se de um convênio que prevê ações conjuntas para o desenvolvimento da região e cujo objetivo principal é a melhoria da qualidade de vida das populações da região.

Para mais informações sobre o acordo, consultar:
<<http://www.mrecic.gov.ar/portal/prensa/comunicado.php?buscar=2657&fecha=15/03/2007&numero=083/07&titulo=ARGENTINA,%20BOLIVIA%20Y%20PARAGUAY%20FIRMARON%20ACUERDO%20POR%20EL%20GRAN%20CHACO>>.

Edições anteriores de **PONTES Quinzenal** podem ser acessadas em:
http://www.ictsd.org/pont_quinze/archive.htm

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de **PONTES Quinzenal** podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para pontes@ictsd.ch.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.